

# V Encontro de Economia da UEPG

A economia brasileira em perspectiva

De 27 a 29 de Agosto de 2019

## Processo de Industrialização no Brasil: uma abordagem histórica

Taina da Silva Quadros, UEPG, Tai\_quadros@hotmail.com  
Luiz Philippe dos Santos Ramos, UEPG luiz.sr@hotmail.com

**RESUMO:** A industrialização da economia brasileira protagonizou diversas análises em relação aos fatores que a impulsionaram e qual foi, de fato, o ponto inicial desse processo, envolvendo as ideias de diversos autores. Ressalta-se que no início esse processo foi visto com determinada estranheza, visto que o Brasil era considerado um país agroexportador devido a sua abundância em riquezas naturais e vantagens comparativas em terras, fato esse que serviu de atrativo para os colonizadores portugueses. Pode-se observar que, durante o processo de industrialização, os gêneros de maior participação na indústria eram as atividades de produção de bens intermediários ou bens de capital, destacando a metalurgia e os produtos químicos, já as atividades com menor participação na indústria eram as de bens de consumo não-duráveis, como as de produção têxtil e de alimentos. Portanto, este trabalho busca levantar e apresentar os principais fatores que contribuíram e a evolução do processo de industrialização, bem como apresentar o debate historiográfico de maior relevância acerca desse processo, realizado entre Celso Furtado e Carlos Manoel Peláez.

**Palavras-Chave:** Industrialização; Economia Brasileira; Substituição de Importação; Investimento Direto Estrangeiro.

**ABSTRACT:** The industrialization of the Brazilian economy carried out several analyzes in relation to the factors that propelled it and which was, in fact, the starting point of this process, involving the ideas of several authors. It is noteworthy that in the beginning this process was seen with certain strangeness, since Brazil was considered an agro-exporting country due to its abundance in natural riches and comparative advantages in lands, fact that served as attractive for the Portuguese settlers. It can be observed that, during the process of industrialization, the genus of greater participation in the industry was the activities of production of intermediate goods or capital goods, emphasizing metallurgy and chemical products, whereas the activities with smaller participation in the industry were the of non-durable consumer goods, such as textiles and food production. Therefore, this paper seeks to raise and present the main contributing factors and the evolution of the industrialization process, as well as presenting the most relevant historiographic debate about this process, carried out between Celso Furtado and Carlos Manoel Peláez.

Keywords: Industrialization; Brazilian economy; Import Substitution; Foreign Direct Investment.

**ÁREA** (Indicação da área de submissão): Área 1: História do Pensamento Econômico

**JEL** ([classificação JEL](#)): O14

## **1 INTRODUÇÃO**

A evolução da industrialização no Brasil pode parecer facilmente compreendida, porém, envolve argumentos e análises mais complexas defendidas por diferentes autores. Existem diversas interpretações de como iniciou-se e como desenvolveu-se o processo de industrialização no Brasil, perdurando até os dias atuais. Este artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre o debate historiográfico que envolve as controvérsias a respeito do processo de industrialização brasileiro, apresentando as ideias centrais defendidas por Furtado e as críticas realizadas a estas por Peláez. Para embasar tal análise, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de comprovar as controvérsias existentes no processo de industrialização brasileiro na visão de diferentes autores.

Com a análise de alguns dados, pode-se argumentar que o desenvolvimento da indústria foi fundamental para o processo de industrialização, pois, comparando com o setor agropecuário, nota-se que este sofreu uma queda significativa na participação do PIB brasileiro ao longo dos anos enquanto o setor industrial sofreu somente uma pequena queda em sua participação, o que pode ser entendido como definição de deslocamento do centro dinâmico defendido por Furtado. No entanto, a participação do setor industrial não foi proporcional à queda de participação do setor agropecuário, devido ao fato de que o setor que mais contribuiu para a elevação do PIB brasileiro foi o setor de serviços, tanto no ano de 1947, quanto no ano de 2013. Esse fato pode estar relacionado com a vinda de investimento direto estrangeiro, que foi destinado, em grande parte, para o setor de serviços.

Para tanto, dividiu-se o artigo em cinco seções, a contar com esta breve introdução. Na segunda seção, aborda-se a transição de um país conhecido como agroexportador para um país relativamente desenvolvido industrialmente. Na terceira seção, aborda-se as origens do empresariado industrial paulista e os impactos do investimento direto estrangeiro na evolução da industrialização no Brasil. Na seção quatro, aborda-se o debate historiográfico acerca do processo de industrialização, de um lado as ideias de Furtado, norteadas pelas ideias cepalinas e, de outro, as críticas realizadas por Peláez. Por fim, a seção cinco apresenta as conclusões.

## **2 DO PAÍS AGROEXPORTADOR AO PAÍS INDUSTRIAL**

Nesta seção, será abordada a transição de um país conhecido pela abundância de riquezas naturais e minerais, bem como sua forte vantagem comparativa em terras, fato este que atraiu os olhares dos portugueses que visavam explorar essas riquezas tornando-o um país agroexportador, para um país relativamente desenvolvido que concentrou sua produção em indústrias nacionais, impulsionando o processo de industrialização.

No ano de 1500, um dos objetivos para os portugueses invadirem o território brasileiro foi o crescente capitalismo comercial europeu, que já encontrava-se em desenvolvimento na Europa, impondo aos povos daqui as leis da Monarquia de Portugal. Isso fez com que os povos que aqui habitavam se submetessem à sua cultura e ao seu modo de produção. Com a implantação desse sistema em território brasileiro, a apropriação dos bens da natureza e a produção foram regidas pelas leis do capitalismo comercial, ou seja, tudo se transformava em mercadoria e todas as atividades produtivas visavam lucro. Esse lucro era enviado para a metrópole, o que gerava acumulação de capital da mesma.

De acordo com Stedile (2005), no início, o que chamou a atenção dos portugueses foi a busca pelo ouro, o que foi uma ilusão. Logo após passaram a dar importância a transformação de bens naturais em mercadorias como, por exemplo, o ferro, a prata e outros minérios. Mas logo perceberam que nosso território apresentava uma forte vantagem comparativa em terras, pois apresentavam grande fertilidade e grande potencial para o cultivo de culturas tropicais, culturas estas que eram buscadas até então na África ou na Ásia. Isso fez com que os colonizadores organizassem nossa produção em produtos agrícolas tropicais.

Com a imposição do capitalismo mercantil, os portugueses passaram a explorar comercialmente produtos como o algodão, a cana de açúcar, o gado bovino, a pimenta do reino e, principalmente, o café. Exploraram, também, algumas plantas nativas, na qual as principais foram o

cacau e o tabaco, todos esses produtos eram transformados em mercadorias através da produção em escala, logo após serem transformados eram destinados ao mercado europeu, pois a maior parte da produção visava produtos de necessidade desse mercado.

Segundo Stedile (2005), esse modo de produção imposto ao Brasil, regido pelas leis do capitalismo mercantil, o qual produzia somente produtos agrícolas e minerais que eram utilizados para abastecer o mercado europeu, foi nomeado pelos historiadores de modelo agroexportador. Esse modelo tomou uma amplitude tão grande que, de acordo com as primeiras estatísticas do Banco do Brasil, a colônia Brasil exportava um valor superior a 80% de tudo o que era produzido em território brasileiro.

Diante disso, pode-se dizer que o início da industrialização brasileira causou uma certa estranheza, após serem divulgados os dados do Centro Industrial do Brasil para os censos industriais de 1919, 1939, 1959 e 1980, pois esses dados revelavam que grande parte dos produtos manufaturados utilizados no consumo corrente do País, eram produzidos pelas indústrias nacionais. Certa estranheza ocorreu pelo fato de que o Brasil era visto como um país substancialmente agrícola, conhecido, também, como país agroexportador. E, apesar de que a presença de indústrias locais fosse um fato observável, era estranha a ideia de que o setor industrial brasileiro tornar-se-ia um setor relativamente desenvolvido.

O processo de industrialização brasileiro apresentou-se como um bom caso para estudos e análises, pois mostra-se como uma experiência bem sucedida no qual um país passa pela transformação de uma típica economia de exportação a uma estrutura de produção diversificada.

De acordo com Versiani e Suzigan (1990), o Brasil apresentou períodos de baixo crescimento e de rápida expansão, os períodos de baixo crescimento compreendem os anos de 1928 a 1932, meados da década de 60 e, principalmente, o período da “década perdida” que ocorreu a partir do ano de 1980. Já os períodos de rápida expansão foram observados nos anos de 1967 a 1973. Além disso, os autores ressaltam a taxa média de crescimento de longo prazo, que apresentou-se em torno de 7% ao ano, mantendo-se, assim, por todo o período de 1912 a 1992.

Durante os períodos de rápida expansão, o País contou com a influência de políticas governamentais, tanto através de estímulos e incentivos à indústria, tendo a presença do Estado como produtor, quanto através das barreiras criadas à iniciativa privada, por meio de ações governamentais.

Segundo Versiani e Suzigan (1990), nessa época, o setor têxtil e o setor de produtos alimentares contribuíam significativamente para a composição do produto nacional, sendo que esses dois setores, na fase de desenvolvimento da indústria brasileira, eram responsáveis por cerca de 60% do valor adicionado na indústria de transformação. E, se acrescentasse o valor da produção de outros bens não duráveis como, por exemplo, bebidas, calçados e vestuário esse valor seria cerca de 70% do valor adicionado.

Entretanto, naquele período, as indústrias de produtos alimentares, bebidas, calçados e vestuário eram compostas, em grande parte, de estabelecimentos de pequena escala, que utilizavam técnicas semi artesanais para a fabricação de seus produtos. Sendo assim, esse período da industrialização conhecido como desenvolvimento da produção fabril ou como mecanização da produção, é marcado pela forte expansão da indústria têxtil, sendo o seu principal setor a fiação e a tecelagem do algodão.

Ainda de acordo com Versiani e Suzigan (1990) e analisando os dados dos Censos Industriais, pode-se perceber como ficou a diversificação da produção industrial nos anos de 1919, 1939, 1959 e 1980. Nota-se que o Grupo I apresenta os gêneros da indústria que mantiveram-se crescentes no valor adicionado da indústria de transformação ao longo do período. O Grupo II engloba os gêneros da indústria que apresentaram-se decrescentes no valor adicionado. E o Grupo III não apresentou uma tendência definida, pois sofreu oscilações durante esse período. Esses resultados podem ser observados na da TABELA 1.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, 1919 – 1980.

Gêneros da Indústria	Proporção do V.T.I (%)			
	1919	1939	1959	1980
<b>Grupo I</b>				
Metalúrgica	3,8	7,6	11,8	11,5
Mecânica	0,1	1,3	3,5	10,2
Material de Transporte	1,4	3,3	7,6	7,6
Papel e Papelão	1,4	1,5	3,0	3,0
Prods. Químicos	5,0	10,7	13,5	19,6
Material Elétrico e de Comum		0,8	4,0	6,4
<b>Grupo II</b>				
Têxtil	24,1	22,0	12,0	6,2
Produtos Alimentares	32,9	23,6	16,4	10,0
Bebidas	5,4	4,3	2,9	1,2
Fumo	3,4	2,3	1,3	0,7
Couro e Peles	2,2	1,7	1,0	0,5
Madeira	5,7	3,2	3,2	2,7
<b>Grupo III</b>				
Prod. de Minerais Não - Metálicos	4,0	5,3	6,6	5,8
Editorial e Gráfica		3,6	3,0	2,6
Mobiliário	1,8	2,1	2,2	1,8
Vestuário e Calçados	7,3	4,8	3,6	4,8
Borracha	0,1	0,6	3,0	1,3
OUTROS GÊNEROS	1,2	1,2	4,8	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Versiani e Suzigan, 1990.

Com base na TABELA 1, pode-se concluir que o grupo que apresentou maior crescimento durante o período foi o Grupo I, isso pode ser explicado por se tratar de atividades de produção de bens intermediários ou bens de capital. Em contrapartida, o Grupo II foi o que apresentou valores decrescentes ao longo do período, sendo o Grupo II o qual engloba atividades de produção de bens de consumo não-duráveis.

### **3 ORIGENS DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE) NO BRASIL**

Nesta seção, será abordada a questão relacionada às origens étnicas dos empresários industriais paulistas e a relação existente entre as famílias ligadas ao setor cafeeiro ou as famílias de imigrantes e o processo de industrialização brasileiro. Além disso, apresenta-se a importância do investimento estrangeiro direto estrangeiro nesse processo.

Nos anos 60 e 70, ocorreu no Brasil a contradição de uma visão dominante sobre determinado problema e os dados que a comprovavam. Este fato ocorreu acerca do problema das

origens étnicas dos empresários paulistas industriais. No início dos anos 1960, Bresser Pereira realizou uma pesquisa na qual os estudos comprovavam que os empresários industriais não originaram-se das famílias brasileiras relacionadas ao café, mas, sim, de famílias de imigrantes de classe média (Bresser Pereira, 1964).

No entanto, no final dessa década, tornou-se cada vez mais frequente entre os intelectuais a afirmação de que o empresariado industrial teve sua origem na oligarquia cafeeira. De acordo com Bresser Pereira (1994), Caio Prado Jr. publicou o ensaio *A Revolução Brasileira*, em 1966, onde afirmava que em São Paulo a maioria das primeiras e principais indústrias pertenciam a fazendeiros que auferiam os lucros da cultura do café e aplicavam em iniciativas industriais.

A crítica realizada por Bresser Pereira, em 1994, não estava ligada às relações econômicas entre o café e a industrialização mas sim aos equívocos em relação às origens sociais e étnicas dos empresários industriais. Ressalta-se que a industrialização brasileira teve como principal impulso a criação do excedente proporcionado pela cultura cafeeira, porém, não se pode afirmar que os cafeicultores não se opuseram politicamente à industrialização, já que apresentavam pequena participação nesta.

Para comprovar tal crítica, Bresser Pereira, juntamente com Awad, realizaram uma pesquisa em 1962, sobre as origens sociais e étnicas dos empresários industriais, para a realização desta pesquisa foi utilizado um universo de empresários vivos ou mortos de empresas industriais paulistas com um número maior de 100 (cem) empregados, foi tomado o devido cuidado para que a pesquisa apresentasse um menor número de viés, uma menor margem de erro e a probabilidade de acerto fosse elevada.

O critério utilizado para definir a origem étnica foi patriarcal, sendo que poderiam ser considerados de origem estrangeira aqueles empresários que fossem eles próprios nascidos no exterior ou cujo pai ou avô paterno fossem nascidos no exterior, ou seja, de origem estrangeira. Já os empresários que possuíam avô paterno nascido no Brasil, eram considerados de origem brasileira.

Segundo Bresser Pereira (1994), os resultados obtidos em relação às origens étnicas dos empresários industriais paulistas foram de que apenas 15,7% possuíam origem brasileira. Já os empresários que possuíam origem estrangeira somaram um total de 84,3%. Esses resultados podem ser observados na TABELA 2.

TABELA 2 – ORIGENS ÉTNICAS DOS EMPRESÁRIOS PAULISTAS.

ORIGENS	Nº	%
Brasileira (3 gerações)	32	15,7
Estrangeira	172	84,3
Total	204	100

Fonte: Bresser Pereira, 1994. Adaptada pela autora.

Realizando uma análise dos resultados em relação à subdivisão da origem étnica estrangeira dos empresários, pode-se perceber que cerca de metade do empresariado paulista eram eles próprios de origem estrangeira, representando 49,5% do total, cerca de 23,5% eram filhos de imigrantes e apenas 11,3% eram netos de imigrantes. Esses resultados podem ser observados na TABELA 3.

TABELA 3 – SUBDIVISÃO DA ORIGEM ÉTNICA ESTRANGEIRA.

ORIGEM	Nº.	%
Estrangeira		
*Netos de imigrantes	23	11,3
*Filhos de imigrantes	48	23,5
*Imigrantes	101	49,5
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>84,3</b>

Fonte: Bresser Pereira, 1994. Adaptada pela autora.

Em relação à origem nacional ou étnica dos empresários industriais paulistas, pode-se dizer que a origem italiana predominou, apresentando 34,8%, em segundo lugar ficaram os de origem brasileira, apresentando 15,7%, em terceiro lugar os empresários de origem portuguesa, apresentando 11,8%, em seguida ficaram os de origem alemã, com 10,3%, os de origem libanesa, com 6,4%, os de origem russa, com 2,9%, os que vieram da Áustria, Síria e Suíça apresentaram, ambos, 2,5%, os que vieram da Espanha e Hungria apresentaram, ambos, 1,5%, já os que vieram da Armênia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Polônia e Uruguai apresentaram, ambos, 1,0% e, por fim, os que vieram da Checoslováquia, Grécia e Romênia apresentaram, ambos, 0,5% do total. Pode-se observar esses resultados na TABELA 4.

TABELA 4 – ORIGENS POR PAÍS DOS EMPRESÁRIOS PAULISTAS.

País de Origem e grandes grupos étnicos	Nº	%
Itália	71	34,8
Brasil (3 gerações)	32	15,7
Portugal	24	11,8
Alemanha	21	10,3
Líbano	13	6,4
Rússia	6	2,9
Áustria	5	2,5
Síria	5	2,5
Suíça	5	2,5
Espanha	3	1,5
Hungria	3	1,5
Armênia	2	1
Dinamarca	2	1
Estados Unidos	2	1
França	2	1
Grã – Bretanha	2	1
Polônia	2	1
Uruguai	2	1
Checoslováquia	1	0,5
Grécia	1	0,5
Romênia	1	0,5
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100</b>

Fonte: Bresser Pereira, 1994. Adaptada pela autora.

Observando tais resultados, pode-se perceber que a pesquisa comprovou a afirmação de que os empresários industriais paulistas não tiveram suas origens nas famílias ligadas ao café, pelo contrário, tiveram origem nas famílias de imigrantes, geralmente de classe média. O Estado de São Paulo foi o escolhido para realizar tal pesquisa pois foi o local de concentração da industrialização brasileira.

A pesquisa realizada por Bresser Pereira diz respeito às não relações existentes entre as famílias dos cafeicultores e as famílias dos empresários industriais paulistas. Portanto, não enfatizou as relações econômicas e políticas existentes entre esses empresários e os cafeicultores, tal fato pode explicar porque sua pesquisa foi ignorada, pois havia certa confusão entre as origens étnicas dos empresários e as relações econômicas que envolviam os empresários industriais e o café.

Outra questão de grande relevância para a análise do processo de industrialização brasileira foi a evolução do investimento direto estrangeiro (IDE).

Segundo Santos (2007), o investimento direto estrangeiro (IDE) apresentou um papel de grande relevância para o processo de industrialização brasileira, pois, após a Segunda Guerra Mundial, a função das empresas transnacionais expandiu-se, norteadas por medidas de planejamento do Estado que estimulou as relações entre companhias estrangeiras e nacionais, públicas e privadas. Pode-se dizer, que até a década de 70, essa relação entre empresas estatais, empresas nacionais e empresas transnacionais levou a um elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e contribuiu para a formação de um arranjo industrial diversificado, se assemelhando ao dos países com renda elevada.

No entanto, o modelo de crescimento guiado pelo Estado perdeu força na década de 80 em decorrência da crise da dívida externa. Nesse período, a inflação tornou-se elevada e constante juntamente com nível variável de crescimento do PIB, o que acarretou na queda dos fluxos de investimento direto estrangeiro e na interrupção dos projetos de ampliação das empresas transnacionais.

Diante disso, em 1990, deixou-se de lado o modelo de intervenção do Estado e adotou-se a privatização e a liberalização, no intuito de que as políticas industriais não intervencionistas suprimiriam os gargalos e aumentariam o nível de tecnologia, a gestão administrativa e a produtividade brasileira, chegando a se assemelhar aos países desenvolvidos, acreditando que as filiais das empresas transnacionais seriam as responsáveis pelo processo de modernização da economia brasileira. Em seguida, na segunda metade da década de 90, os fluxos de investimento direto estrangeiro elevaram-se de forma substancial e mantiveram-se nesse patamar, elevando também a participação de corporações estrangeiras na economia brasileira.

Mesmo que o crescimento tenha ocorrido em grande quantidade, o elevado fluxo de investimento direto estrangeiro na década de 90 retratou algumas características que reduziram seu subsídio ao processo de modernização da indústria brasileira, sendo elas:

- a) destinou-se abundantemente para o setor de serviços. No ano de 1995, o setor manufatureiro explicava 67% do estoque de Investimento direto estrangeiro, já no ano 2000 o setor de serviços explicava 64% do estoque de investimento direto estrangeiro, enquanto o setor manufatureiro explicava apenas 34%;
- b) os fluxos de investimento direto estrangeiro admitiram, em grande maioria, a forma de fusões e aquisições, sendo que 60% dos fluxos anuais de investimento direto estrangeiro entre 1995 e 2000 voltaram-se para fusões e aquisição, o que ocasionou uma queda no investimento nacional e uma estagnação da formação bruta de capital fixo durante esse período; e
- c) a ampliação das empresas transacionais no Brasil priorizava o mercado doméstico ou o mercado latino americano.

Analisando todo esse contexto e de acordo com Santos (2007), pode-se dizer que esse novo ciclo de investimento direto estrangeiro, juntamente com a estagnação do investimento nacional, acarretou na forte participação das companhias estrangeiras na economia brasileira. No ano de 1995, as empresas estrangeiras vendiam cerca de 14% da produção total brasileira, elevando-se para

cerca de 20% no ano 2000. A liberalização foi adotada com vários intuitos, um deles foi alavancar a produtividade das indústrias, visto que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil eram maiores e mais eficientes do que as empresas nacionais.

Para tanto, a expectativa era de que o investimento direto estrangeiro elevasse diretamente a produtividade das indústrias, por meio da ampliação da escala e do melhoramento da tecnologia das operações das empresas transnacionais. Esperava-se, também, que houvesse “spillovers” de produtividade para as empresas nacionais, onde ocorreria os efeitos de demonstração e competição, mas esse fato não aconteceu.

Por fim, pode-se ressaltar que o investimento direto estrangeiro não localizou-se principalmente no setor industrial, fazendo com que a produtividade não se elevasse. Sendo a maior parte do investimento direto estrangeiro destinada ao setor de serviços e a parte destinada ao setor industrial, foi alocada em setores que já existiam, não havendo, assim, a modernização da economia como esperado.

#### **4 A INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 30**

Nesta seção, será discutido o debate historiográfico existente sobre o processo de industrialização brasileira, de um lado Celso Furtado, norteado pelas ideias cepalinas, argumentava que a industrialização se deu via as crises do setor exportador e do intervencionismo estatal e, de outro lado, a crítica de Carlos Manoel Peláez que defendia a expansão das exportações como responsável pelo crescimento industrial.

De acordo com Suzigan (1986), citado por Curado e Cruz (2008), foram separadas em quatro as interpretações mais importantes sobre de onde originou-se e como se deu o processo de industrialização do Brasil, sendo elas:

- a) a Teoria dos Choques Adversos;
- b) a visão da industrialização impulsionada pela expansão das exportações;
- c) a explanação sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, também chamado de “capitalismo tardio”; e
- d) a visão do processo de industrialização promovido por medidas do governo.

De acordo com Curado e Cruz (2008), a interpretação sobre a teoria dos choques adversos é baseada na industrialização impulsionada pela resposta da economia às dificuldades encontradas durante a Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão, ocorrida no ano de 1930, o que ocasionou a queda das importações. Sendo assim, de acordo com essa interpretação, foram as dificuldades trazidas por esses choques externos que contribuíram para o desenvolvimento industrial brasileiro.

A visão da industrialização impulsionada pela expansão das exportações, argumentava que foi através do aumento das exportações de café, o que caracterizava o país como agroexportador, que o Brasil começou a apresentar crescimento e desenvolvimento das indústrias, visto que o lucro gerado por essas atividades não poderia ser reinvestido nelas mesmas, sendo investido nas atividades industriais.

A interpretação sobre o “capitalismo tardio” diz respeito ao atraso do processo de industrialização brasileiro como a ideia central para entendê-lo, segundo essa interpretação, o desenvolvimento das atividades industriais está ligado também ao aumento das agroexportações de café, pois com o excedente de capital advindo das atividades agroexportadoras juntamente com a não utilização desse excedente na mesma atividade, o processo de crescimento industrial tomou forma. Porém, destaca-se que a relação existente entre o setor cafeeiro e o crescimento industrial não é linear, como proposto pela interpretação anterior, o que torna essa interpretação mais complexa. Portanto, pode-se dizer que os recursos obtidos com a ampliação cafeeira são de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria, ao mesmo tempo que a eficiência das importações atrelada ao setor cafeeiro pode-se considerar uma limitação das atividades industriais.

Por fim, a visão do processo de industrialização impulsionado pelas medidas do governo



argumentava que a proteção tarifária, bem como a cessão de subsídios e incentivos foram os principais fatores que contribuíram para o processo de industrialização do país.

Para realizar uma análise da industrialização brasileira é de fundamental importância, primeiramente, ter conhecimento da análise de Furtado sobre o crescimento da indústria dos anos 30, presente na obra *Formação Econômica do Brasil (1968)*, e também das críticas relacionadas a ela, onde a principal foi formulada por Peláez, ressaltando as divergências ideológicas e teóricas que mostravam-se presentes no processo de industrialização.

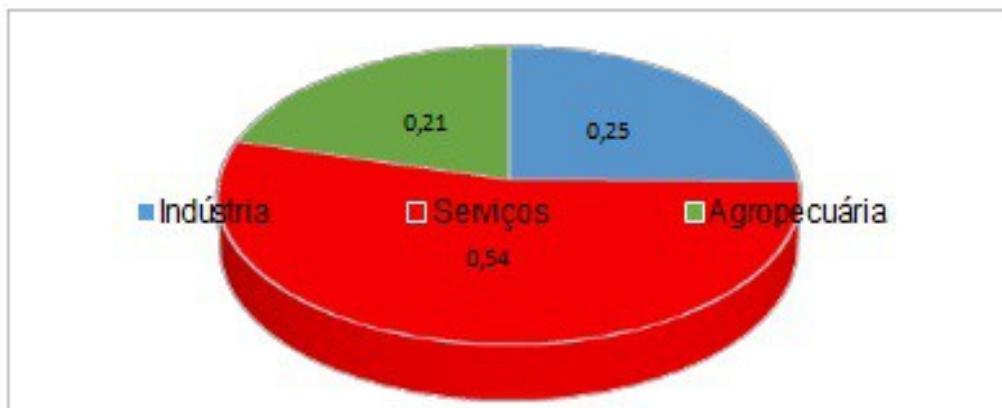
De acordo com Saes (1989), o estudo da indústria para Furtado passa a ser relevante quando ocorre o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira nos anos 30, no qual o elemento decisivo para determinar o nível de investimento da economia passa a ser a atividade produtiva para o mercado interno e não mais a atividade agroexportadora. Essa transferência do centro dinâmico da economia pode ser entendida como o resultado da crise econômica mundial de 1929, que se estendeu para os anos 30 e também das políticas econômicas adotadas para enfrentar a crise, pelo Governo brasileiro.

Sendo assim, dentro do contexto de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, cabe apresentar uma análise em relação a participação dos principais setores no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com ênfase nos setores industrial, agropecuário e de serviços, para acompanhar a evolução desses setores durante o período de industrialização e comprovar o qual apresenta maior impacto sobre esse processo. Para tanto, foram utilizados dados coletados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), referentes a participação dos setores industrial, agropecuário e de serviços no PIB brasileiro para os anos de 1947 e 2013.

Analisando os resultados, pode-se perceber que no ano de 1947 os serviços representavam o setor de maior participação no PIB, apresentando 55,68% do total, em seguida tem-se o setor industrial com 25,97% e por último tem-se o setor agropecuário com 21,36%. Esses resultados podem ser observados no GRÁFICO 1. Comparando esses resultados com o ano de 2013, pode-se ressaltar que o setor de serviços continuou a ser o setor de maior participação no PIB, porém elevou-se para 69,32%, já o setor industrial continuou em segundo lugar, no entanto apresentou uma pequena queda passando para 24,98% e, por fim, o setor agropecuário que apresentou uma queda significativa passando para apenas 5,71%. Esses resultados podem ser observados no GRÁFICO 2.

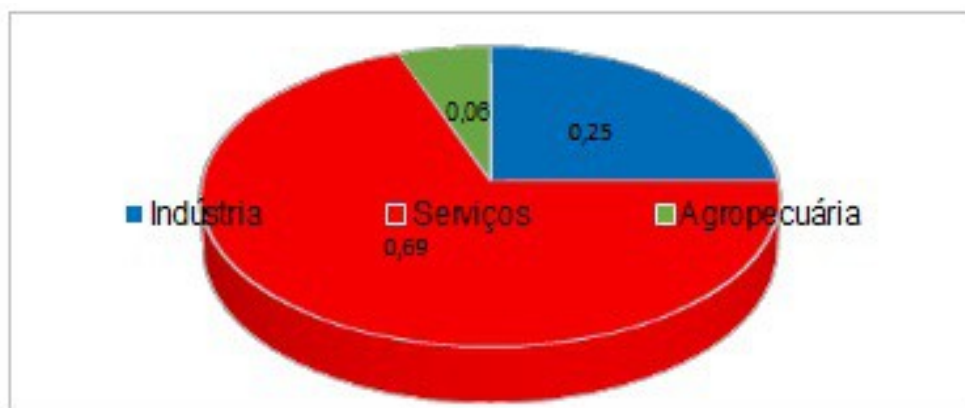
Isto posto, pode-se concluir que realizando a comparação entre esses dois anos, pode-se observar que não ocorreu um aumento da participação da indústria no PIB do Brasil, mas isso não significa que não houve desenvolvimento do setor industrial ao longo dos anos, pelo contrário, ao analisar a totalidade da série histórica nota-se que a indústria atingiu seu auge de participação nas décadas de 70 e 80, vindo a decair na década de 90, quando o setor de serviços entra em expansão. Já o setor agropecuário entra em queda a partir da década de 60, vindo a decair gradativamente ao longo dos anos, o que pode ser comparado ao deslocamento do centro dinâmico da economia, argumento de Furtado.

GRÁFICO 1 – Participação dos setores industrial, agropecuário e de serviços no PIB brasileiro – 1947



Fonte: Ipeadata, 2018. Adaptado pela autora.

GRÁFICO 2 – Participação dos setores industrial, agropecuário e de serviços no PIB brasileiro – 2013



Fonte: Ipeadata, 2018. Adaptado pela autora.

Diante desses resultados, pode-se observar a contradição existente entre a teoria apresentada e os dados levantados, pois o argumento de que a industrialização foi alavancada pela expansão das exportações, principalmente de produtos agropecuários não se comprova nos dados, pois através deles pode-se observar que o setor de maior contribuição no PIB brasileiro foi o setor de serviços, tanto no ano de 1947 quanto no ano de 2013. No entanto, a relação existente entre investimento direto estrangeiro e industrialização pode ser corroborada analisando os dados, visto que, de acordo com a teoria grande parte do investimento direto estrangeiro foi destinado ao setor de serviços e não para o setor industrial, o que pode ser percebido pela baixa participação da indústria no PIB brasileiro nos dois anos analisados e pela elevada participação do setor de serviços no PIB também nos dois anos. Fato este que dificultou o processo de modernização da economia brasileira.

Pode-se dizer que a crise mundial de 1929 impulsionou esse deslocamento, pois afetou substancialmente o setor cafeeiro brasileiro, o qual ocorreu no momento em que aconteceria uma situação de superprodução estrutural. Um de seus efeitos foi a notável queda do preço do café no mercado internacional e outro foi a formação de excedente da produção. Diante disso, o Governo Washington Luís optou por não dar continuidade a defesa do café devido a impossibilidade de contrair empréstimos estrangeiros.

No entanto, após a Revolução de 30, o Governo Vargas opta por retomar a defesa do café, tanto pela pressão dos cafeicultores quanto pelos interesses nacionais. Foi adotada uma nova política em relação à defesa do café, onde se dava via compra dos estoques excedentes de café e pela queima da parte que não era vendida desses estoques, a nova política utilizava recursos advindos da expansão de crédito. Sendo assim, a política de defesa do café foi sendo transformada, pelo Governo brasileiro, em um programa de “fomento da renda nacional”.

A compra do excedente da produção cafeeira era realizada, pois, através dela, era evitada a queda da renda interna, sendo que o café continuava a ser colhido, não ocorria a redução de emprego no setor e, conseqüentemente, o nível de demanda agregada mantinha-se constante. Em contrapartida, ocorria um desequilíbrio externo devido a redução do preço do café no mercado estrangeiro e das receitas de divisas no Brasil, o que ocasionava um aumento repentino do preço dos produtos importados, devido à desvalorização da moeda nacional em relação à moeda estrangeira.

Esse aumento dos preços dos produtos importados fez com que a demanda interna voltasse para a produção interna, pois os preços relativos dos produtos nacionais encontravam-se abaixo dos preços relativos dos produtos importados. Sendo assim, pode-se entender o que era chamado de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, anteriormente o centro dinâmico era concentrado nas exportações e, posteriormente, passou a procura para o mercado interno.

Analisando esse contexto, pode-se perceber que estão presentes alguns elementos que

constituem a base da industrialização por substituição de importações ou, comumente conhecido, como Processo de Substituição de Importações (PSI). Vieram também, juntamente com as interpretações sobre o crescimento industrial de 1930, algumas conclusões mais gerais, sendo elas: foi durante à crise econômica mundial de 1930 que a economia brasileira buscou meios para se industrializar, isso se deu devido ao fato de a economia brasileira romper relações econômicas com o exterior e, foi através do intervencionismo estatal que a economia brasileira garantiu o sucesso de sua industrialização, por meio de políticas de defesa do café.

No entanto, nessas duas conclusões havia a negação de duas bases da Teoria Econômica, que são o Liberalismo Econômico e a Teoria das Vantagens Comparativas. Segundo essas análises, o desenvolvimento dos países latino-americanos (o que pode ser interpretado também como a industrialização desses países) deveria ocorrer rejeitando-se a especialização primário-exportadora (o que era defendido pela Teoria das Vantagens Comparativas) e adotando o intervencionismo estatal, principalmente através do planejamento econômico. Essas conclusões estavam explícitas na produção da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a qual Furtado certamente identificava-se.

Segundo Saes (1989), as críticas realizadas por Peláez a Furtado tinham como objeto as duas conclusões citadas anteriormente, uma das críticas foi chamada de Teoria dos Choques Adversos, e os seus principais argumentos eram: a expansão do crédito não foi utilizada como base para a política de defesa do café, onde primeiramente ocorreu o empréstimo externo e, logo após, os recursos advindos dos impostos cobrados sobre a venda do café. O outro argumento era de que não teria sido a procura para o mercado interno que impulsionou a melhoria da produção brasileira. Dessa forma, o crescimento da indústria brasileira em 1930 não teria sido decorrente da crise econômica mundial e nem da intervenção estatal.

Portanto, pode-se dizer que existiram dois lados distintos nessa discussão sobre o processo de industrialização brasileiro. Sendo um lado formado por aqueles que seguiam os pensamentos de Furtado e os ideais da CEPAL, onde acreditam que a industrialização se deu via crise do setor exportador e da intervenção estatal, e o outro lado formado por aqueles que identificam-se com o pensamento de Peláez, na qual a industrialização teria sido impulsionada pelo crescimento das exportações. Diante de toda essa análise, cabe ressaltar que essa foi a controvérsia sobre a industrialização na Primeira República.

#### 4.1 “TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS” VERSUS “INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES”

A questão sobre o que propiciou a industrialização brasileira nos anos 30 manteve-se em debate, principalmente por economistas, durante um longo período. Mantendo, assim, a controvérsia entre industrialização impulsionada pela crise das exportações ou desenvolvimento industrial impulsionado pela alavancagem das exportações.

A ideia de que a indústria somente se desenvolveu durante a crise das exportações não era novidade, pois o período da Primeira Guerra Mundial ocasionou a crise do setor externo, fazendo com que houvesse uma queda nas importações que abasteciam o mercado interno brasileiro, tal fato teria ocasionado a expansão da atividade industrial no Brasil. Essa tese também foi abordada por dois autores clássicos, foram eles: Caio Prado Junior e Roberto Simonsen.

Segundo Saes (1989) o ponto inicial da análise de Simonsen foi o dado censitário de 1920, nesse dado constava que foram criados 46,5%, entre os anos de 1914 e 1919, dos estabelecimentos industriais que existiam no Brasil em 1920. Isto posto, Simonsen ainda acrescentava a esses dados censitários as estimativas da produção industrial a partir do ano de 1914 e notava-se que a produção para o ano de 1919 era maior que o dobro da produção industrial do ano de 1914, não somente para São Paulo mas para todo o complexo da indústria brasileira.

Portanto, Simonsen apresentou dados que confirmavam a relação de impulso existente entre a Primeira Guerra Mundial e a industrialização brasileira, embora não tivesse elaborado nenhuma hipótese.

Segundo Fonseca e Salomão (2017), durante toda essa análise, Peláez nota que era preciso

se basear em duas frentes, ou seja, analisar as políticas econômicas utilizadas antes e após 1930 e mostrar que antes de 1930 já havia a existência da indústria e esta não poderia ser desprezada, fazendo com que a expansão da indústria após 1930 não fosse tão significativa. Sendo assim, Furtado equivocou-se ao deixar de lado o crescimento da indústria antes de 1930 e dar importância somente ao processo de crescimento industrial pós 1930.

A parte de maior importância da obra de Peláez diz respeito ao período anterior à Grande Depressão, onde comprovou que existiu crescimento industrial nas três primeiras décadas do século XX, evidenciando, assim, que existia uma correlação entre a agroexportação e a indústria e não uma contradição. Essa correlação fez com que ocorresse um efeito renda, ou seja, um aumento nas riquezas que impactou na economia como um todo, difundido através do maior polo exportador da época, que era o Estado de São Paulo.

Portanto, Peláez ironiza a tese de Furtado, na qual a indústria crescia dado a existência das crises, pois através da coleta de dados anteriores à Primeira Guerra Mundial ele constata que não é provável o surgimento de fábricas no período em que a economia cafeeira encontra-se em seu auge. Porém, as análises realizadas para os anos posteriores à 1930 são bem menos desenvolvidas. Outra crítica realizada por Peláez foi em relação às políticas adotadas nessa época, pois não eram tão keynesianas quanto Furtado argumentava, o governo financiou seus gastos não apenas adotando a expansão monetária, mas também com impostos sobre produtos, incluindo o café.

Sendo assim, em concordância com Saes (1989), pode-se dizer que mesmo com a passagem da economia brasileira por inúmeras mudanças, ainda estão presentes nos dias atuais muitas das questões que tiveram início na controvérsia sobre a industrialização do Brasil na Primeira República. Isto fez com que surgissem inúmeras soluções para essa controvérsia defendidas por diversos grupos sociais, porém essa controvérsia jamais se encerrará, apenas será substituída por outros termos.

## **5 CONCLUSÃO**

Com o desenvolvimento desse trabalho, pode-se concluir que o processo de industrialização no Brasil possui diversas abordagens, o que torna esse processo e, conseqüentemente, sua análise, de maior complexidade. Nota-se que, inicialmente, esse processo foi visto com certo estranhamento, visto que o Brasil era conhecido como um país agroexportador, o que dificultava a aceitação de um desenvolvimento industrial.

Analisando ao longo dos anos, observa-se que ocorreu um deslocamento do centro dinâmico no país, como defendia Furtado. Esse deslocamento pode ser entendido como uma reação à crise de 1929, que atingiu fortemente os Estados Unidos, alastrou-se pela Europa e chegou ao Brasil ocasionando a queda brusca da demanda por café, na época principal produto exportado, e, conseqüentemente, a queda de seu preço.

Diante disso, a economia brasileira, através de medidas internas, passa a produzir para o mercado interno e não mais para o mercado externo, ou seja, deixa de se configurar um modelo agroexportador. No entanto, esse deslocamento acarretou problemas na balança de pagamentos, ocasionou a fuga de capitais e a queda de divisas, devido às baixas exportações, o que contribuiu para a desvalorização da moeda, essa desvalorização fez com que o país não conseguisse manter seu nível de importação. Como o país não conseguia importar os produtos de que necessitava foram surgindo investimentos na produção industrial nacional, fazendo com que houvesse um processo de substituição de importação, como visto anteriormente, e em seguida, o desenvolvimento da indústria brasileira. Portanto, pode-se dizer que esse deslocamento do centro dinâmico foi de fundamental importância para o processo de industrialização brasileira.

Através da análise realizada, utilizando os dados da participação de três principais setores no PIB do Brasil, pode-se ressaltar que o setor agropecuário apresentou uma queda significativa de sua participação ao longo dos anos, passando para apenas 5,71% no ano de 2013. O setor industrial, embora nos anos mais recentes tenha perdido participação no PIB, apresentou-se crescente ao longo dos anos, o que pode corroborar com a teoria do deslocamento do centro dinâmico de Furtado. Sendo assim, o setor de maior participação e que apresentou substancial elevação na participação do

PIB brasileiro foi o setor de serviços, isso se deve também a participação do investimento direto estrangeiro na economia brasileira, que destinou-se em sua maioria para esse setor, o que contribuiu para essa rápida expansão.

Ressalta-se que o processo de industrialização da economia brasileira se deu através de inúmeros processos e influenciado por diversos fatores, os quais foram defendidos por diferentes autores. Esse processo foi de fundamental importância para o desenvolvimento da economia brasileira, representando uma evolução histórica que perdura até os dias atuais.

Por fim, pode-se observar que o setor industrial está ligado há fatores de extrema importância para a economia, como geração de emprego e renda, câmbio, importações, exportações e investimentos. Além disso, pode ser considerado como o termômetro da nossa economia, ou seja, se ele vai mal há consequências negativas para a economia, mas se ele vai bem há efeitos positivos sobre a economia e, principalmente, impulsiona seu avanço.

## **REFERÊNCIAS**

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil**. p. 1-22, abr. 1994.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. **Investimento Direto Externo e Industrialização no Brasil**. Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set. /dez. 2008.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. **Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico**. Revista Tempo. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 86-104, jan. /abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 13 nov. 2018.

O ECONOMISTA. **Setor industrial é um dos mais importantes para segurar a economia**. Disponível em: <<https://www.oeconomista.com.br/setor-industrial-e-um-dos-mais-importantes-indicadores-da-saude-financeira-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em 18 nov. 2018.

SAES, F. A. M. de. **A Controvérsia sobre Industrialização na Primeira República**. São Paulo: Estudos Avançados, p. 20-39, 1989.

SANTOS, M. S. **Investimento estrangeiro e desenvolvimento econômico: breve análise dos efeitos benéficos e nocivos do capital estrangeiro**. Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, v.2, n.2, p. 1-14.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular. p. 15-31, 2005.

VERSIANI, F. R.; SUZIGAN, W. **O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma Visão Geral**. 1990.